

N. F. Nº - 298942.1434/23-6
NOTIFICADO - CIASEEDS AGRONEGÓCIOS LTDA.
NOTIFICANTE - HELDER RODRIGUES DE OLIVEIRA
ORIGEM - DAT SUL / IFMT / POSTO FISCAL BAHIA-GOIÁS
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 10.09.2024

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0191-05/24NF-VD**

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. ENCERRAMENTO DE DIFERIMENTO. A ulterior apresentação de documentação fiscal não elide a ação de trânsito de mercadorias, haja vista a obrigação de pagar o imposto antes da saída da mercadoria autuada, devendo estar acompanhada do respectivo recolhimento. Se fosse comprovado que o recolhimento fora efetuado antes da ação fiscal, mas por descuido não se fez acompanhar do comprovante, estaria simplesmente se descumprindo uma obrigação acessória passível de multa. Mas não é o caso desta lide. Negada a preliminar de nulidade. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Notificação Fiscal lavrada no trânsito de mercadorias, em 20.10.2023 para lançamento de imposto devido por operações sem regime de diferimento, no valor de R\$ 15.202,42, acrescido de multa de 60%, decorrente da seguinte infração:

INFRAÇÃO 050.001.001 – Falta de recolhimento do ICMS em operação com mercadorias enquadradas no regime de diferimento em situação onde não é possível a adoção do referido regime desacompanhada de DAE ou Certificado de Crédito.

DESCRIÇÃO DOS FATOS – Falta de recolhimento em apuração sumária nas saídas interestaduais de semente de soja, DANFE 1902. Art. 332, V, alínea “k”, parágrafo 1º do RICMS.

Às fls. 18/30, foi apresentada impugnação, a seguir transcrita, em resumo:

Inicialmente alega que houve erro na determinação da infração. Que não se identificou corretamente a infração por não considerar que a operação objeto do DANFE 1902, foi tributada pelo regime normal de apuração do ICMS.

Alega que o referido DANFE foi incluído no pagamento do regime geral de apuração do ICMS no mês corrente de 10/23, não havendo, portanto, crédito tributário contra o impugnante. Que não houve descumprimento de obrigação tributária principal, a saber, o recolhimento sobre o valor da operação realizada, porque a despeito do pagamento ter ocorrido fora do prazo do art. 332, V, k, do RICMS/BA, a impugnante recolheu integralmente o tributo.

Que a fiscalização não identificou corretamente a infração passível de aplicação de penalidade, pois não considerou a operação objeto do DANFE 1902 que ensejou a exigência do crédito tributário, que foi tributada no regime normal de apuração do ICMS.

Apresenta cópia do livro de apuração do imposto nas saídas de mercadorias, onde procedeu o registro do DANFE e o DAE que se refere ao mês 10/2023 que inclui o valor ora questionado.

A seguir, faz questionamento da inconstitucionalidade da antecipação do ICMS, com julgamentos do STF. Pede que seja acolhida a impugnação com insubsistência do lançamento fiscal por

violação do art. 142 do CTN, e na hipótese de vir a ser superado, nas razões de mérito, o cancelamento integral da autuação.

VOTO

Trata-se de julgamento de notificação fiscal por falta de pagamento de imposto devido em operação interestadual com sementes de soja, cujo DANFE destacou o ICMS de R\$ 15.202,42, porém estava desacompanhado do documento de arrecadação.

O impugnante sugere descumprimento do art. 142 do CTN que dispõe sobre a ocorrência do fato gerador, determinar matéria tributável, calcular o montante devido, alegando pretensa nulidade, que *prima facie*, não observo, já que o imposto lançado inclusive é o mesmo destacado no documento fiscal que acompanhava as mercadorias. Assim, denego o pedido de nulidade.

No mérito, argumenta que o imposto foi lançado em sua escrituração, no livro de saídas referente ao mês da operação, outubro de 2023 e que teria sido recolhido na apuração mensal.

Vejamos o fundamento legal do lançamento, conforme RICMS/BA 2012:

SEÇÃO II Dos Prazos de Recolhimento do Imposto

Art. 332. O recolhimento do ICMS será feito:

V - antes da saída das mercadorias, nas seguintes operações, inclusive quando realizadas por contribuinte optante pelo Simples Nacional, observado o disposto no § 4º deste artigo:

k) com produtos agropecuários e extrativos vegetais e minerais;

§ 1º Nas hipóteses em que o pagamento do ICMS seja exigido antes da saída das mercadorias ou do início da prestação de serviço de transporte, o documento de arrecadação acompanhará a mercadoria ou o transporte para ser entregue ao destinatário da mercadoria ou ao tomador do serviço, devendo ser consignado no campo "Informações Complementares" o número da respectiva nota fiscal ou do conhecimento de transporte.

O notificado alega que o imposto foi lançado e apurado no mês de outubro, que se encerra na data de 31.10.2023, e só então se apurou o imposto a pagar. A notificação foi feita no dia 20.10.2023 sendo que além de pagamento intempestivo, o contribuinte fez sua apuração e eventual pagamento do imposto, depois da ação fiscal.

A ulterior apresentação de documentação fiscal não elide a ação de trânsito de mercadorias, haja vista a obrigação de pagar o imposto antes da saída da mercadoria autuada, devendo estar acompanhada do respectivo recolhimento.

Se fosse comprovado que o recolhimento foi efetuado antes da ação fiscal, mas por descuido não se fez acompanhar do comprovante, estaria simplesmente se descumprindo uma obrigação acessória passível de multa. Mas não é o caso desta lide. É fato incontroverso que no momento da ação fiscal, havia descumprimento de obrigação principal. Tendo havido pagamento do imposto, restará tão somente a multa, devendo o notificado entrar em contato com a inspetoria de forma a regularizar a pendência da notificação.

Quanto à inconstitucionalidade da antecipação do pagamento do imposto devido, não cabe a este órgão julgador apreciar inconstitucionalidade de lei ordinária estadual, assim como não tem competência para aplicar redução ou extinção da multa.

Face ao exposto voto pela PROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº 298942.1434/23-6, lavrada contra **CIASEEDS AGRONEGÓCIOS LTDA.**, devendo ser intimado o notificado para

efetuar o pagamento de imposto no valor de **R\$ 15.202,42**, acrescido de multa de 60%, prevista no art. 42, II, alínea “f” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF 14 de agosto de 2024.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO - PRESIDENTE

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - RELATOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR

